

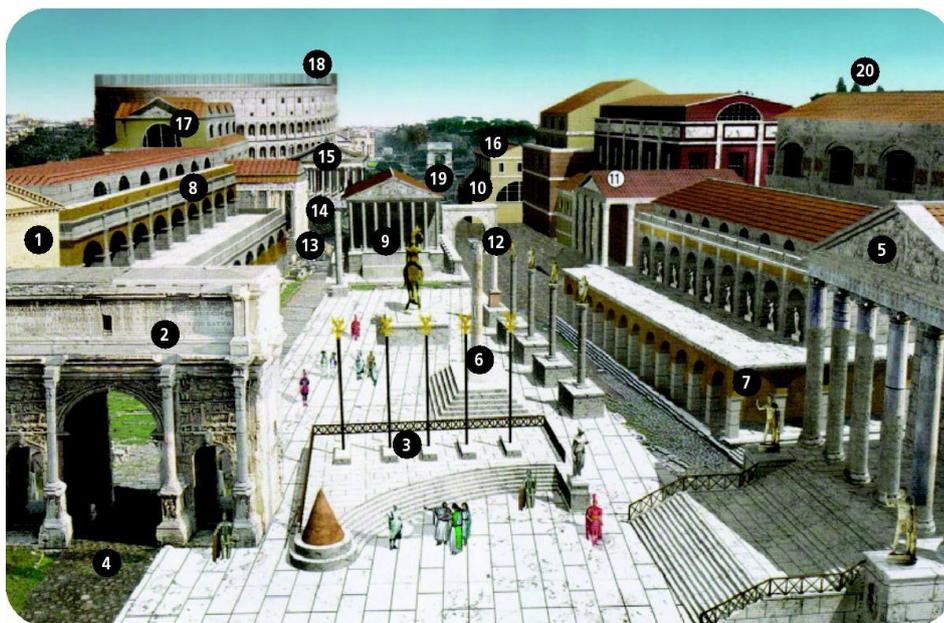
GRUPO I - A AFIRMAÇÃO IMPERIAL DE UMA CULTURA URBANA PRAGMÁTICA

DOC. 1 - OCTÁVIO E A IDEIA DE UM MODELO URBANO IMPERIAL

XXIX. [Octávio] Construiu um grande número de monumentos públicos, sendo estes os principais: um fórum com um templo de Marte Vingador, um templo de Apolo no Palatino, outro de Júpiter Tonante no Capitólio. [...] XXX. [...] Reconstruiu os edifícios sagrados que o tempo tinha posto em ruínas ou o fogo consumido. [...] XLVI. Após ter organizado [...] Roma e a sua administração, Augusto aumentou o povoamento da Itália com 28 colónias, fundadas por ele próprio; dotou várias localidades de monumentos e rendimentos públicos, e em certa medida, até lhe reconheceu uma importância e direitos iguais aos de Roma [...].

Suetónio, *As Vidas dos Doze Césares*, Vol. I, Lisboa, Edições Sílabo, 2005, pp. 120-133 [adaptado].

DOC. 2 – O ESPAÇO CENTRAL DE ROMA IMPERIAL



Fórum romano

- | | | | |
|-------------------------|-------------------------|----------------------------------|-------------------------|
| 1 Curia e Comício | 6 Coluna de Phocas | 11 Templo de Castor e Pollux | 16 Casa das Vestais |
| 2 Arco de Sétimo Severo | 7 Basílica | 12 Arco de Augusto | 17 Basílica de Maxêncio |
| 3 Rostro | 8 Basílica Emilia | 13 Templo de Antonino e Faustina | 18 Coliseu |
| 4 Via sacra | 9 Templo de Júlio César | 14 Templo de Rómulo | 19 Arco de Tito |
| 5 Templo de Saturno | 10 Templo de Vesta | 15 Templo de Vénus e Roma | 20 Monte Palatino |

1. Octávio “Construiu um grande número de monumentos públicos” (Doc. 1) no centro de Roma, designado ...
(A) fórum. (B) capitólio. (C) templo. (D) palatino.

2. Roma cresceu e tornou-se um modelo de urbanismo, “a cidade” por excelência, designada ...
(A) Cidade imperial. (B) Cidade Eterna. (C) Urbe. (D) Capital do império.

3. Para evitar que “os edifícios sagrados” (Doc. 1) ficassem degradados ou que “o fogo” (Doc. 1) os consumisse, os romanos usaram materiais duradouros como ...

(A) o granito, a madeira e o vidro. **(B)** o mármore, o tijolo e a argamassa. **(C)** o cimento, a pedra e o ferro. **(D)** a argamassa, o tijolo e o aço.

4. Nomeie dois dos edifícios destinados a exaltar e propagandar a figura do Imperador, presentes na planta (Doc. 2).

5. Associe cada um dos elementos relacionados com a organização do espaço urbano romano do tempo de Octávio, presentes na coluna A, à designação correspondente, que consta na coluna B.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Urbanismo	(1) Sentido de grandiosidade, associado às construções destinadas a exaltar Roma e o Imperador.
(b) Pragmatismo	(2) Planificação e organização do espaço através de um traçado não linear.
(c) Monumentalidade	(3) Refere-se ao sentido utilitário aplicado nas várias manifestações do modo de vida romano.
	(4) Forma de vida romana que enaltece a romanização e o culto ao imperador.
	(5) Planificação e organização do espaço através de um traçado regular.

Grupo II

SOCIEDADE, ECONOMIA E PODER POLÍTICO NO PORTUGAL DO ANTIGO REGIME

Festividades à chegada da rainha D. Mariana de Áustria, recém-casada com D. João V, descritas por um contemporâneo (outubro-dezembro de 1708)

A 27 de outubro fez a sua entrada em Lisboa a rainha D. Mariana de Áustria [...]. Veio el-rei, acompanhado de toda a nobreza da corte, vestida com o luxo possível permitido pela pragmática*, e foi num barco ricamente guarnecido e vistosamente dourado, com os infantes e criados pertencentes, buscar a rainha à nau [...]. Veio com a rainha a cama em que se havia de deitar, a qual el-rei tinha mandado fazer na Holanda e lhe custou 75 mil cruzados, tão rica e tão custosa, [...] tecida e bordada de tais florões e relevos de ouro, [...] que não cabe na explicação a sua preciosidade.

[...] Vieram mais três naus do Brasil, cheias de ouro, e mais uma que foi para o Porto. [...] No paço repetem-se por muitos dias os festejos [...], a que assistem os reis e toda a nobreza, que continua na assistência do paço, com muita aceitação sua e não menos divertimento, como nas cortes estrangeiras [...].

Correram-se os três dias de touros reais em [...] 15, 17 e 21 de novembro, sendo cavaleiros o conde do Rio Grande, o conde de S. Lourenço e o visconde de Ponte de Lima; todos com muita pompa, e muito mais o visconde, gastando à sua custa. E assim entrou este com 12 trombeteiros e flauteiros adiante, [...] vestidos todos eles e os quatro criados que lhe serviam as farpas de veludo branco, com jaquetas de tecido fino encarnado, plumas nos chapéus, gravatas, punhos de renda, espadins dourados e meias de seda. Trouxe mais 20 negros vestidos à mourisca, [...] com as suas cartas de alforria atadas nos braços, porque, depois de os comprar por bom dinheiro, a todos deu liberdade, e também as vestes, como a todos os demais criados: ação digna da sua pessoa, ainda que não das suas posses, por ter a sua casa há muito empenhada e agora a deixar novamente empenhadíssima.

Os condes também saíram com toda a pompa e com 24 criados cada um, vestidos os do S. Lourenço de veludo encarnado, com jaquetas de tecido fino verde, e os do Rio, de damasco amarelo, com vestes de tecido fino encarnado; mas estes gastaram à custa d’el-rei, e só o do Rio gastou 14 mil e 500 cruzados. Os capitães da guarda entraram, também, com 24 criados cada um, vestidos de bons panos e bem equipados (...). Vieram mais duas naus do Brasil, uma delas riquíssima, [...] e só de moeda lavrada vêm para el-rei 20 mil moedas. [...]

A 22 de dezembro, fez enfim el-rei a sua entrada na Sé, com a sereníssima rainha [...]. No dia 26, no fim das festas, fez-se o grande fogo de artifício no terreiro do paço, em que se gastou 70 mil cruzados.

* As leis pragmáticas foram promulgadas sobretudo no âmbito das políticas mercantilistas, no tempo de D. Pedro II (pai de D. João V) e do conde de Ericeira. Identificação da fonte José Soares da Silva, *Gazeta em Forma de Carta* (anos de 1701-1716), Tomo I, Lisboa, ed. Biblioteca Nacional, 1933, pp. 174-179 (adaptado)

1. **Indique o nome** do regime político, fundamentado no direito divino, no qual o rei concentrava em si todos os poderes do Estado.

2. No Antigo Regime, a pertença de um indivíduo a uma ordem era fundamentalmente definida:

- (A) pela riqueza.
- (B) pela mobilidade social.
- (C) pelo mérito.
- (D) pelo nascimento.

3. **Transcreva** duas afirmações do documento que refletem o controlo e a submissão da nobreza pelo rei D. João V.

GRUPO III

AS VANGUARDAS: RUTURAS COM OS CÂNONES DAS ARTES E DAS LITERATURAS

Documento 1 Camisas Negras de Mussolini em 15 de abril de 1919* – mural de Enrico Prampolini para a «Mostra da Revolução Fascista», Itália (1933)



1. Refira três das características da pintura futurista presentes no documento 1. 15

GRUPO IV

PORTUGAL DESDE O FINAL DA DÉCADA DE 1920 ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 1960: DOS ALICERCES ÀS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO ESTADO NOVO

Documento 1

Uma visão do Estado Novo – manifesto clandestino da oposição (1961)

Desde 1926 que as Forças Armadas portuguesas sustentam no poder o regime que arrancou à Nação as liberdades públicas fundamentais e os direitos cívicos reconhecidos ao povo pela República. [...] Jamais estes e outros factos – como as fraudes cometidas contra as votações em favor do general Humberto Delgado – levaram as altas patentes das Forças Armadas a um momento de reflexão e discordância. [...]

Portugal, grande potência ultramarina, e podendo por esse facto, ao menos na metrópole, fazer os portugueses desfrutarem de um nível de vida comparável aos padrões europeus, mantinha-se uma vergonha nas estatísticas mundiais: os mais baixos índices de produção e de consumo, as mais baixas médias de rendimento e de salários, de vida económica, social, sanitária e educativa. O mais pobre país da Europa, como recentemente fomos classificados [...]. Os protestos e as manifestações, que a imprensa e a televisão relataram (até com imagens falsificadas) como desagravo às declarações proferidas na ONU, foram organizados, como todos sabem, pelos departamentos oficiais ou conduzidos através de conhecidos processos de coação [...].

A ordem e a paz que o Governo dizia haver no ultramar, agora desmentidas pelos sangrentos acontecimentos de Luanda, [...] são as mesmas que reinam no continente, a ordem dos submetidos, dos amordaçados e dos reduzidos à miséria, a ordem imposta pela força e pelas polícias, a paz dos vencidos, o silêncio do medo. [...] Por tudo isto, pergunta-se: porque é que os portugueses haviam de estar indignados contra as críticas da ONU, afinal críticas ao Governo e não a Portugal, quando nenhuma responsabilidade têm na governação e, há muito, eles próprios as fazem mais severas?!

1. **Explique**, a partir do manifesto da oposição (documento 1), três dos fatores político-sociais que favoreceram a afirmação de um regime autoritário em Portugal.
2. **Associe** cada um dos elementos relacionados com as organizações estruturantes do Estado Novo, presentes na Coluna A, à designação correspondente, que consta da Coluna B.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez.

Coluna A	Coluna B
A) Imposição de princípios de harmonização das relações laborais e recusa da luta de classes.	1. Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)
B) Enquadramento das massas através do controlo exercido sobre a ocupação dos tempos livres dos trabalhadores.	2. Obra das Mães para a Educação Nacional
C) Defesa do regime e combate contra as doutrinas subversivas, através de uma ação paramilitar.	3. Mocidade Portuguesa
D) Formação física e moral da juventude e sua doutrinação nos valores nacionalistas do regime.	4. Legião Portuguesa
E) Promoção da «política do espírito» para desenvolver e influenciar diversas manifestações culturais.	5. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE)
	6. Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT)
	7. Sindicatos independentes
	8. Corporações

Identificação das fontes Doc. 1 – Oliveira Salazar, Entrevistas, 1960-1966, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., 1967, pp. 51-55 e 163-172 (adaptado) Doc. 2 – Manifesto clandestino «A Oposição na Defesa de Portugal e da Verdade», in José Magalhães Godinho, Pedacos de Uma Vida, Lisboa, Pégaso Editores, 1992, pp. 47-53 (adaptado)

3. **Ordene** cronologicamente os seguintes acontecimentos da História de Portugal, dos anos de 1930 aos anos de 1980. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Primeira revisão da Constituição do regime democrático.
- (B) Ponte aérea para o regresso de milhares de civis das ex-colónias.
- (C) Início da guerra colonial, em Angola.
- (D) Plebiscito da Constituição do Estado Novo.
- (E) Realização da Exposição do Mundo Português, em Lisboa.

GRUPO V

MUTAÇÕES POLÍTICAS EM PORTUGAL, DO MARCELISMO À REVOLUÇÃO DE ABRIL

Documento 1

Saudação de Mário Soares ao III Congresso da Oposição Democrática, 4-8 de abril de 1973

A realização do III Congresso da Oposição Democrática ocorre [...] quando o País [...] se vê confrontado [...] [com] o estrondoso fracasso da política pseudorreformista de Marcelo Caetano, [...] de pura continuidade salazarista sem qualquer evolução significativa. Ocorre quando os próprios parceiros e protetores do governo português, no quadro da NATO e da Comunidade Europeia, se tornam [...] abertamente críticos, como se demonstra nas votações da ONU [...]. [...] Na verdade, não é hoje mais possível iludir a crise profunda que o País vive [...]. O País esvazia-se de gente, deixando os campos ao abandono e as fábricas com uma carência aguda de mão de obra; a juventude em revolta global contra o sistema recusa o prosseguimento [...] de uma guerra injusta [...]; as classes trabalhadoras [veem-se] sujeitas a níveis de miséria e privadas dos mais elementares direitos (sindicais e outros) [...]; os intelectuais e os técnicos, sem liberdade de expressão, não conseguem escapar a um sentimento generalizado de frustração [...], reflexo do desprestígio e do isolamento do País no mundo. [...]

Os pobres são cada vez mais pobres, desprotegidos e em maior número, cavando-se todos os anos a distância que separa Portugal das nações industrializadas da Europa. [...] A chamada ordem estabelecida não representa o consenso popular, traduzindo tão só a institucionalização da pior violência. [...]

É neste contexto que se reúne o III Congresso da Oposição Democrática. O governo autorizou-o, [...] como forma de [...] convite feito à Oposição para dançar a valsa eleitoral quadrienal – com as restrições, sofismas* e irregularidades que todos conhecemos [...]. [...] O objetivo do governo, para estrangeiro ver, consiste em incitar a Oposição a fazer o seu pequeno número eleitoral e a reconduzi-la depois à impotência e ao silêncio de sempre. Com a vantagem suplementar de ir atualizando os ficheiros da PIDE-DGS... [...]

Depois da farsa eleitoral de 1969; depois da repressão sindical dos anos 1970/71 [...]; depois das ondas sucessivas de repressão [...] que se vêm abatendo sobre os estudantes; [...] depois da entronização, dir-se-ia vitalícia, do almirante Tomás na Presidência da República [...], é forçoso reconhecer que se voltou à prática salazarista, no seu pior estilo.

http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3387 (consultado em 09/09/2020). (Texto adaptado) * falácias; argumentos enganosos

Documento 2

Discurso de Américo Tomás, presidente da República, na abertura da XI Legislatura da Assembleia Nacional, 19 de novembro de 1973

Dez legislaturas decorreram sob a égide da Constituição de 1933. Inaugura-se hoje a 11.^a. Estão aqui os novos deputados eleitos pelo maior colégio eleitoral da nossa história política. As eleições gerais, caracterizadas por significativa e consoladora afluência às urnas [...], tiveram nítido carácter de referendo. O povo português mostrou iniludivelmente* a sua fidelidade às instituições vigentes e a sua adesão à política prosseguida pelo Governo.

Essa política é a [...] do fomento da riqueza do País [...]; da melhoria da repartição dos rendimentos provenientes da produção. É a política da luta contra a miséria, contra a doença e contra a ignorância. A política que busca conseguir habitação decente e iguais oportunidades de educação para todos os portugueses. [...]

Na sequência da obra empreendida à sombra do planeamento, estamos a atravessar uma fase de vigoroso progresso económico e de acentuada transformação social. [...] [S]e nos mantivermos unidos nos nossos propósitos, [...] podemos estar certos de que iremos melhorando, cada vez mais, a forma de viver e a qualidade da vida, numa comunidade nacional próspera e feliz. [...]

Continuamos a procurar manter com todos os países relações de pacífica colaboração. [...] Nesse espírito, participamos na Organização do Tratado do Atlântico, somos membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico e da Associação Europeia de Comércio Livre, firmámos há pouco o acordo de comércio com a Comunidade Económica Europeia, apertando os nossos laços com o Mercado Comum.

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r2/dan/01/11/01/003/1973-11-19> (consultado em 04/10/2020). (Texto adaptado)

1. **Explicit**e duas orientações de «pura continuidade salazarista» (documento 1, linha 3) no período do marcelismo, segundo Mário Soares.

Fundamente as duas orientações com excertos relevantes do documento 1.

2. **Compare as duas perspetivas** sobre a situação vivida em Portugal nas vésperas da Revolução de 25 de Abril de 1974, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

3. No processo de transição política desencadeado pelo 25 de Abril destacaram-se, pela sua notoriedade, várias personalidades, algumas das quais tinham tido papel de relevo na contestação ao regime anterior.

Associe essas personalidades, apresentadas na coluna A, às frases que as identificam, elencadas na coluna B. **Todas as frases devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada apenas a uma das personalidades.**

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

Coluna A	Coluna B
(a) Álvaro Cunhal	(1) Integrou, durante o marcelismo, a designada «ala liberal» da Assembleia Nacional.
(b) Otelo Saraiva de Carvalho	(2) Estratega da operação «Fim-Regime», desencadeada na madrugada de 25 de Abril.
(c) Francisco Sá Carneiro	(3) Assume posições de extrema-esquerda nos cargos militares que ocupa durante o PREC.
	(4) Preso político e protagonista destacado da oposição comunista ao Estado Novo
	(5) Fundou, após a Revolução, um dos principais partidos políticos da democracia portuguesa
	(6) Liderou uma das mais mobilizadoras forças políticas de carácter marxista no período revolucionário
	(7) Defensor da implementação em Portugal do modelo político da social-democracia.

4. Complete o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço.

Na folha de respostas, registe apenas as letras e o número que corresponde à opção selecionada em cada um dos casos.

As eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, procuraram responder a um dos objetivos do movimento revolucionário, a instauração de um regime ___ a) ___. O período subsequente, conhecido por ___ b) ___, caracterizou-se pelo acentuar da radicalização política e social, tendo-se intensificado as manifestações de ___ c) ___ e a intervenção do Estado na economia através da ___ d) ___ dos meios de produção.

a)	b)	c)	d)
1. socialista	1. Verão Quente	1. violência policial	1. liberalização
2. comunista	2. Primavera Marcelista	2. poder popular	2. privatização
3. democrático	3. Outubro	3. repressão estatal	3. nacionalização

Questão	I.1,2,3	I.4	I.5	II.1	II.2	II.3	III.1	IV.1	IV.2	IV.3	V.1	V.2	V.3	V.4	Total
Cotação	9	6	10	5	6	20	15	20	15	15	20	30	17	12	200

BOM TRABALHO

Leia atentamente os seguintes documentos:

Doc. 1 – A campanha eleitoral de 1958

Apelo indistintamente para todos os setores da vida nacional [...]. Todos de um extremo ao outro da terra portuguesa; [...] – de todas as classes, de todos os partidos, de todas as crenças – [...]. Só na compreensão e no entendimento poderemos gozar a liberdade que nos negam [...]. Denunciada a mentira e vencido o medo, como já o está, urge que o povo diga da sua justiça [...], apesar de todas as arbitrariedades de um governo que perdeu a noção do pudor. [...] A primeira arbitrariedade consiste na circunstância do partido único ditar, rígida e facciosamente, um período de liberdades condicionadas. Ora uma campanha eleitoral não se improvisa [...], sem meios técnicos e financeiros [...], sem acesso à imprensa, à rádio e à televisão, sem as facilidades que nos países democráticos qualquer partido ou organização política dispõe permanentemente e que, entre nós, são monopólio da União Nacional [...]. A censura exerce a sua perniciosa ação, impedindo que venham a público declarações minhas [...], apesar da liberdade que o senhor ministro da presidência me



prometeu. [...]Tendo assumido o compromisso de ir até às urnas, perante os meus proponentes quis [...] o conhecimento exato dos cadernos eleitorais [...]. Foi-me negado. [...]

Humberto Delgado, Discurso no Coliseu do Porto, 14 de maio, 1958.

1. **Nomeie** dois organismos repressivos que controlavam a ação da oposição ao regime do Estado Novo.
2. **Explicite** duas das “arbitrariedades” do regime do Estado Novo denunciadas pelo general Humberto Delgado (Doc. 1).
As duas “arbitrariedades” devem articular-se com informações presentes no documento 1.
3. Humberto Delgado declara ter “assumido o compromisso de ir até às urnas”, o que veio a concretizar--se nas eleições...
(A) legislativas de 1958.
(B) governativas de 1958.
(C) presidenciais de 1958.
(D) da Assembleia Nacional de 1958.
4. Apesar do amplo apoio popular “de um extremo ao outro da terra portuguesa”, Humberto Delgado não conseguiu ser eleito, uma vez que quem venceu foi o candidato do regime,...
(A) o general Craveiro Lopes.
(B) o professor Marcello Caetano.
(C) o contra-almirante Américo Thomaz.
(D) o professor Oliveira Salazar.

GRUPO V – O MARCELISMO: REFORMISMO POLÍTICO NÃO SUSTENTADO (1968-1973)

DOC. 1 – A TOMADA DE POSSE DE MARCELLO CAETANO, NA IMPRENSA (27/9/1968)

FUNDADOR — JOAQUIM MANSO SEXTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 1968 ANO 48.º — NÚMERO 16443

Diário de Lisboa

DIRECTOR — A. RUELLA RAMOS

TELÉF.: 20071 e 20073, 20114 e 20115 REDACÇÃO, CONPOGRAFIA E IMPRESSÃO PROPRIEDADE DA RENASCENÇA GRAFICA EDITOR — J. CURIOSOTOMO DE SA
END. TEL.: 211420A — TELEF. 130 RUA LUZ SOBRADO, 44 e 46 — LISBOA ADMINISTRAÇÃO — RUA DA SÓDIA, 72 2.º MÊS DE ABRIL — 1968

**«HÁ QUE CONTINUAR A PEDIR
SACRIFÍCIOS A TODOS
INCLUSIVAMENTE NALGUMAS LIBERDADES
QUE SE DESEJARIA VER RESTAURADAS»**

DE
DE
de

**— AFIRMOU HOJE
O CHEFE DO GOVERNO**

O presidente do Conselho, Agostinho de Jesus, afirmou hoje, após a tomada de posse de Marcello Caetano, que o novo chefe do governo se comprometeu a manter a política de S. Bento, que é a política de liberdade, de justiça e de desenvolvimento económico do país.

«Eu não sei se vou ser qualificado para o cargo, mas vou tentar fazer o melhor que puder», afirmou o novo chefe do governo, Marcello Caetano, após a sua tomada de posse.



**O ACTO DE POSSE
DO NOVO GOVERNO
REVESTIU-SE DA MAIOR SIMPLICIDADE**

DOC. 2 - ENTREVISTA DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO* AO DIÁRIO LISBOA, EM 5 DE JULHO 1972

Este [Prof. Marcello Caetano] deu esperanças liberalização. Nunca, é certo, apresentou um programa concreto

ou anunciou medidas reais de liberalização e de democratização. Quem o fez, com o seu apoio explícito, foi a UN [União Nacional] sob a presidência do Dr. Melo e Castro, que apresentou um programa de pluralismo político, programa esse sem o qual, é indubitável, várias pessoas que não pertenciam ao regime, entre as quais me conto, não teriam aceite fazer parte duma lista da UN [...]. Posteriormente, tal programa foi negado na prática e até em teoria pelo Governo e pela Ação Nacional Popular [...] Na própria Assembleia Nacional eu, pelo menos, senti isso intensamente. Agora que haviam sido eleitas pessoas descomprometidas, que tinham publicamente assumido uma atitude crítica em relação ao Governo, afirmando expressamente que se não comprometiam a apoiá-lo, imediatamente se reforça toda uma ação, toda uma disciplina partidária; [...] as iniciativas desaprovadas pelo Governo, falo com conhecimento de causa, ou foram adiadas ou torpedeadas, [...]. Em suma, houve da parte do regime uma reação de autodefesa para manter a sua imutabilidade, a qual superou as ténues réstias eleitorais de abertura liberalizante.

Trata-se de um Estado autoritário [...]. Ele mostrou claramente, ante um balbuciar de liberdade, que não estava disposto a tolerar nada que pudesse significar uma alteração.

Entrevista (gravada e totalmente censurada) dada ao *Diário de Lisboa* (5 de julho de 1972), in Francisco de Sá Carneiro, *Textos*, 1.º volume – 1969-73, Lisboa, Editorial Progresso e Social Democracia, 1981 (adaptado).

*Deputado independente, da “ala liberal” da Assembleia Nacional (1969-1973), cofundador do PPD (1974) e primeiro-ministro (1980).

DOC.3 - DISCURSO DE RENÚNCIA DO DEPUTADO DA ALA LIBERAL, MILLER GUERRA, NA ASSEMBLEIA NACIONAL (1973)

No dia 23 de janeiro último fiz uma intervenção subordinada ao título "Os acontecimentos da capela do Rato", de que provavelmente VV. Exas. não se esqueceram [...] Os jornais e a rádio foram obrigados a dar a notícia de tal modo que o público ficou com curiosidade de saber o que verdadeiramente se passara. O Governo quis que o País fosse mal informado. E foi. (...) A minha intervenção focava um ponto nevrálgico da vida nacional: a liberdade de palavra e de reunião sobre uma matéria que preocupa justificadamente o povo português – a paz. [...] Levantei a questão a propósito dos católicos, mas pode e deve levantar-se para os adeptos de todas as crenças religiosas, ideologias políticas ou correntes de opinião. A paz, a verdadeira paz é fruto da liberdade dos cidadãos, e de forma nenhuma o resultado da política imposta pelo grupo que está no Poder. [...]. O Poder monopoliza a política, reservando-a ao partido único, outrora a União Nacional [...]. Entrega a vigilância da pureza intelectual da doutrina ao aparelho de censura, [...] e a vigilância da ordem política a um corpo especial de polícia, antigamente denominada PIDE [...] Coordenando e justificando este complexo de meios e métodos, está a ideologia que impregna todas as facetas da vida social e individual – uma conceção totalitária imperativa fora da qual não há vida cívica nem verdade. [...] À medida que o tempo avança, os fatores de desagregação acumulam-se, [...]. O espírito liberal está provisoriamente subjugado; mas um dia renascerá. Entretanto, é preciso manter a atitude inquebrantável de protesto. [...]. E, com isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, despeço-me de VV. Exas. Peço a renúncia do mandato.”

Discurso de Miller Guerra na Assembleia Nacional, 7 de fevereiro de 1973 in

<http://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=562> [consultado em 23/02/2018].

1. Miller Guerra (Doc. 3) ao comentar os "acontecimentos da capela do Rato", estava a referir-se ...

- (A) à vigília promovida por grupos de católicos progressistas, apelando à paz.
- (B) à vigília promovida por grupos políticos católicos, apelando à paz.
- (C) à manifestação de políticos e membros da Igreja, apelando à paz.
- (D) à manifestação de clérigos e estudantes progressistas, apelando à paz.

2. Miller Guerra denuncia que “O Poder monopoliza a política, reservando-a ao partido único, outrora a União Nacional” (Doc.3), designado, a partir da governação marcelista...

- (A) APP (Ação Popular Portuguesa).
- (B) AN (Ação Nacional).
- (C) ANP (Ação Nacional Popular).
- (D) APN (Ação Popular Nacional).

3. Associe cada um dos elementos relacionados com o marcelismo, presentes na coluna A, à designação correspondente, que consta na coluna B. 10 Pontos

COLUNA A	COLUNA B
----------	----------

(a) Ala Liberal	(1) Nova designação, durante o período marcelista, da comissão que realizava a censura sobre as produções literárias e culturais em geral, e cuja atuação foi, inicialmente, mais moderada.
(b) Exame Prévio	(2) Nova designação, atribuída durante o período marcelista, ao partido único autorizado, cujas bases tinham sido criadas em 1930.
(c) Vigília da capela do Rato	<p>(3) Iniciativa realizada por católicos progressistas, promovia a oração pela paz, contra a guerra colonial; foi reprimida pela PIDE/DGS.</p> <p>(4) Designa o grupo de católicos progressistas que se reuniam em vigílias pela paz e contra a continuidade da guerra colonial.</p> <p>(5) Designa o grupo de deputados independentes, eleitos em 1969 nas listas da União Nacional, que defendiam um regime de liberdade, na qual se destacaram Pinto Leite, Miller Guerra, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Magalhães Mota. Muitos acabaram por se demitir.</p>

GRUPO VI – A QUESTÃO COLONIAL - LUTA ARMADA E ISOLAMENTO INTERNACIONAL

DOC. 1 – OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, SEGUNDO MARCELLO CAETANO (1970)

Os vários movimentos chamados libertadores, que nos dão combate na Guiné, em Angola e em Moçambique, foram formados no estrangeiro, com dirigentes que o estrangeiro sustenta e apoia, e é de territórios estrangeiros que nos desferem os ataques e enviam os guerrilheiros. Uma vasta organização de países africanos, asiáticos e socialistas conspira contra Portugal, acoitando* quantos se apresentem como nossos inimigos, subsidiando as atividades terroristas, fornecendo armas, material e instrutores às guerrilhas e movimentando no mundo a propaganda antiportuguesa, que na tribuna das Nações Unidas encontra o seu púlpito de eleição, mas que depois se insere nos meios informativos através da falsa notícia e do comentário insidioso, quando não do ataque impudico.

*dando abrigo

Marcello Caetano, *Razões da Presença de Portugal no Ultramar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1973 (adaptado).

DOC. 2 – OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, SEGUNDO AGOSTINHO NETO (1971)

O nosso Movimento pode orgulhar-se de se ter estruturado do Norte ao Sul do País, englobando todas as classes e todas as camadas sociais, numa união fraternal de luta pela independência e pela dignidade. [...] O apoio do exterior é um fator importante na nossa luta. Nos últimos anos a base de apoio internacional à luta do nosso povo alargou-se consideravelmente. Praticando uma política independente, o nosso movimento não se subordina à política de um ou outro país ou bloco [...]. Assim, a manutenção de relações de amizade com a União Soviética, a China, a Jugoslávia, a Suécia ou a Holanda não significa que o MPLA alinha mecanicamente a sua política ou a sua ideologia com um destes países [...]. Não podemos deixar de considerar como propaganda para enganar o nosso povo a campanha do inimigo e dos seus lacaios, pretendendo que o MPLA seja uma organização comunista, e apresentando-a umas vezes ligada à União Soviética e outras à China.

Angola Information, 10/12/1971, Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra.

DOC. 3 – A CONSAGRAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DAS COLÓNIAS

Considerando que a Lei Constitucional n.º 7/74, de 27 de julho, compete ao Presidente da República a prática dos atos e a conclusão dos acordos relativos ao exercício do direito dos territórios ultramarinos sob a administração portuguesa à autodeterminação, com todas as suas consequências;

Tendo já sido celebrados acordos concernentes à descolonização de todas as ex-colónias portuguesas, à exceção de Timor;

Não tendo sido possível, em relação a este território, a criação de condições para a fixação por acordo do processo e do calendário da respetiva descolonização [...]

Artigo 1.º O Estado Português reafirma o direito do povo de Timor à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da sua independência e a derrogação da parte correspondente ao artigo 1.º da Constituição Política de 1933, nos precisos termos da Lei Constitucional da República Portuguesa n.º 7/74, de 27 de Julho, de acordo com as resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas, e uma escrupulosa salvaguarda do princípio do respeito pela vontade do povo de Timor. [...]

Lei n.º 7/75 de 17 de julho.

1. **Associe** cada um dos elementos relacionados com a política colonial do Estado Novo, presentes na coluna A, à designação correspondente, que consta na coluna B. 10 Pontos

COLUNA A	COLUNA B
(A) Defesa da integridade territorial portuguesa, do Minho a Timor, assente na unidade entre a metrópole e as províncias ultramarinas.	(1) Federalismo
(B) Personalidade da Igreja Católica que recebeu, na Santa Sé, os líderes dos movimentos independentistas das colónias portuguesas, assumindo uma atitude de condenação do colonialismo.	(2) Ultramar português
(C) Personalidade de alta patente do exército português, governador da Guiné durante a Guerra Colonial, que, em 1973, publicou um livro, defendendo que a solução da questão colonial era política e não militar.	(3) António de Spínola
	(4) Integracionismo
	(5) Papa Paulo VI

2. **Compare** as duas perspetivas sobre os movimentos de libertação nas colónias portuguesas, expressas nos documentos 1 e 2 quanto a dois dos aspetos em que se opõem.

Na sua resposta, deve integrar excertos relevantes dos dois documentos.

3. **Ordene** cronologicamente os seguintes acontecimentos:

(A) Golpe militar das Caldas.

(B) Reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pela ONU.

(C) Início da guerra na província ultramarina de Angola.

(D) Revogação do Ato Colonial e alteração da designação de colónia para província ultramarina.

(E) Início da governação de Marcello Caetano.

4. **Identifique** o acontecimento que abriu caminho para o processo de descolonização consagrado na lei nº7/75 de 17 julho.

5. **Identifique** dois dos territórios abrangidos pela afirmação “inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos” (Doc. 3) que iniciaram o processo de descolonização.

BOM TRABALHO

Questão	I.1	I.2	I.3	I.4	I.5	II.1	II.2	II.3	II.4	III.1	IV.1	IV.2	IV.3	IV.4	V.1	V.2	V.3	VI.1	VI.2	VI.3	VI.4	VI.5	TOTAL
Cotação	5	5	5	5	10	5	5	5	5	10	10	15	10	10	10	10	10	10	25	15	5	10	200

Correção

ITENS	CORREÇÃO	PONTUAÇÃO
1	C	10
2	B	10
3	C	10

4.

15 pontos

Tópicos de resposta:

- o reconhecimento de Afonso Henriques na sua fé e devoção cristã, e como “príncipe católico” fiel à Igreja de Roma “como bom filho e príncipe católico” (Doc. 2);
- o realce dado aos serviços militares, ao nível das conquistas e da luta contra os mouros considerados infiéis e inimigos dos cristãos **ou** a ação de D. Afonso Henriques contribuiu para o alargamento dos domínios cristãos “prestaste inumeráveis serviços à tua mãe, a Santa Igreja, exterminando intrepidamente em [...] proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã” (Doc. 2);
- reconhecimento da ação política e militar de D. Afonso Henriques aos olhos de Deus e da Igreja “Deve a Sé Apostólica amar com sincero afeto e procurar atender eficazmente [...] os que a Providência divina escolheu para governo e salvação do povo.” (Doc. 2);
- destaque da autoridade religiosa do Papa para reconhecer e conceder o título de rei e de reino, reconhecendo o território conquistado por D. Afonso Henriques como reino de Portugal “ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos.”(Doc. 2).

5.

(C) – (B) – (E) – (A) – (D)

